



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO Nº : 35000.000380/2007-41
UNIDADE AUDITADA : INSS/COGEFIN/DF
CÓDIGO UG : 510001
CIDADE : BRASILIA
RELATÓRIO Nº : 189534
UCI EXECUTORA : 170972

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 189534, e consoante o estabelecido na Seção I, Capítulo II da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos foram realizados por meio de testes, análises e consolidações de informações realizadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU
- RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
- ATUAÇÃO ENTIDADE SUPERVISORA/AGENTE OPERADOR
- CONCESSÃO DE DIÁRIAS
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações

listadas detalhadamente no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes da conclusão deste Relatório de Auditoria. Os pontos listados no referido Anexo foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício e exame do processo de contas apresentado pela Unidade Auditada.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e pela DN-TCU-81/2006, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-81/2006, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal, com sede em Brasília - DF, vinculada ao Ministério da Previdência Social, instituída com fundamento no disposto no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, conforme definido no artigo 1º do Anexo I do Decreto nº 5.870, de 08 de agosto de 2006, tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, do direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

A apresentação das contas da Autarquia contempla os resultados alcançados durante o exercício de 2006 para a manutenção e funcionamento do Órgão, bem como os alcançados pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social, onde está fixado o orçamento para execução do reconhecimento dos direitos previdenciários.

Para o desempenho de suas competências institucionais o INSS encontra-se inserido no Plano Plurianual 2004-2007 e LOA 2006 (Lei nº 11.306/2006), por meio dos programas descritos a seguir, com os objetivos gerais e específicos:

a) 0083 - Previdência Social Básica - O Programa tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, maternidade, idade avançada, tempo de serviço, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, além do salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda. Associado ao benefício pecuniário, a Previdência garante ao segurado incapacitado o acesso ao Programa de Reabilitação Profissional, que oferece ao mesmo meios para promover seu reingresso ao trabalho;

b) 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários - O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo INSS, atendendo às expectativas dos cidadãos. A qualidade dos serviços prestados está diretamente relacionada à resolutividade na concessão, manutenção e cessação de benefícios ao cidadão usuário dos serviços previdenciários;

c) 0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União - Este Programa visa atender cidadãos ou suas famílias, vítimas de situações pelas quais a União se julga responsável ou, ainda, atender a personalidades agraciadas com pensões vitalícias em reconhecimento a sua importância para o país;

d) 1079 - Educação Previdenciária - Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos,

por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social;

e) 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio;

f) 0750 - Apoio Administrativo - Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas;

g) 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais - Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

No intuito de avaliar o cumprimento das metas e os resultados alcançados pela Unidade, conforme definidos na LOA 2006, foram obtidas junto ao gestor as realizações físicas e financeiras para 2006, por Programa/Ação, com o respectivo percentual de atingimento da meta estabelecida.

Programa	Ação	Exercício 2006					
		Financeiro			Físico		
		Meta Planejada	Realizada	% realização	Meta Planejada	Realizado	% realização
0083 - Previdência Social Básica	2564	63.400.000,00	58.978.105,41	93%	200.000.000	199.276.395	100%
	2635	1.882.800,00	1.174.323,41	62%	3.635	9.487	261%
	2294	16.464.000,00	16.251.441,32	99%	384.615	207.873	54%
	2593	328.977.042,00	325.292.247,57	99%	24.948.000	43.454.740	174%
	2272	810.000,00	280.296,00	35%	-	-	-
	5092	226.828,00	30.077,50	13%	692	381	55%
	2571	121.440,00	98.519,46	81%	400.000	494.428	124%
	2A57	23.520.000,00	10.618.697,15	45%	48.000.000	22.857.981	48%
	2578	12.073.600,00	11.176.867,24	93%	9.734.069	6.791.039	70%
	2296	5.419.464,00	5.405.701,88	100%	29.377	7.936	27%
	2292	365.607.628,00	346.602.247,48	95%	105.600.000	289.453.000	274%
	2585	6.860.000,00	6.367.499,96	93%	50.923	66.925	131%
	2591	12.008.723,88	11.888.070,74	99%	7.812.267	9.124.721	117%
	0137	8.752.720,00	8.741.242,15	100%	3.028	1.748	58%
	0010	22.835.832.842,00	22.835.832.842,00	100%	5.002.456	5.250.668	105%
	0132	75.951.415.182,00	75.951.415.182,00	100%	7.925.901	7.938.781	100%
	0133	5.983.694.168,00	5.983.694.168,00	100%	418.936	404.317	97%
	0136	16.934.162.587,00	16.829.049.125,84	99%	1.751.293	1.806.218	103%
	001P	794.587.104,00	764.196.491,11	96%	83.286	151.965	182%
	001Q	8.292.383.162,00	8.292.383.162,00	100%	1.851.927	1.887.807	102%
	0134	30.448.529.674,00	30.448.512.440,76	100%	3.968.289	4.185.635	105%
	0117	34.859.664,00	34.859.664,00	100%	280.034	80.078	29%
	001R	408.350.036,00	400.681.239,62	98%	16.301	14.891	91%
	0141	200.502.843,00	200.502.843,00	100%	32.269	26.610	82%
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	2562	8.071.637,00	7.953.040,00	99%	1.700	1.080	64%
	2298	930.000,00	583.382,60	63%	2.078	6.153	296%
	2563	10.946.097,00	7.454.920,04	68%	1.520	1.520	100%
	2272	1.030.400,00	0,00	0%	-	-	-
	3896	92.668.073,00	56.012.388,02	60%	37	26	70%
1079 - Educação Previdenciária	5509	81.200.000,00	59.649.992,58	73%	120	37	31%
	2278	116.000,00	2.294,48	2%	300	08	3%
	2282	685.362,00	0,00	0%	13.707	819	6%
	2272	507.150,00	26.312,89	5%	-	-	-
0088- Indenizações e Pensões Especiais	2284	550.000,00	75.967,58	14%	393.000	190.334	48%
	0536	722.603.719,00	722.603.679,37	100%	81.583	84.357	103%
0089 - Previdência de Inativos e Pensionista da União	2582	400.000,00	0,00	0%	978.996	969.036	99%
	0181	3.186.157.806,00	3.186.116.847,55	99,99	52.310	52.314	100,03
0750 - Apoio Administrativo	2000	2.228.549.134,00	2.225.201.464,62	99,84	-	-	-
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais	0005	588.937.837,00	578.525.946,90	98,23	-	-	-

Na avaliação dos resultados alcançados e do desempenho das ações programáticas de responsabilidade direta do Órgão, 13 (treze) delas alcançaram menos de 80 % da meta física estipulada, 14 (quatorze) alcançaram entre 90 e 110% das metas determinadas pelo Órgão e 7 (sete) ações superaram o alcance da meta física em mais de 110% do estipulado.

Embora seja possível apontar o atingimento dos objetivos em relação ao alcance das metas físicas, verifica-se que algumas ações não obtiveram os resultados esperados.

Apresentamos a seguir, os fatores que prejudicaram o desempenho das ações e as providências adotadas pelo gestor com vistas a corrigir os desvios verificados, com as respectivas avaliações desta CGU.

Programa 0083: Previdência Social Básica

Ação	Fatores prejudiciais ao desempenho apresentados pelo gestor	Providências adotadas pelo gestor	Avaliação da CGU
Ação 2294 - Defesa Judicial da Previdência Social Básica	"Na Ação Defesa Judicial da Previdência Social são custeadas as despesas de supervisão dos procuradores em atuação no INSS, o pagamento dos Advogados Constituídos, que são remunerados pela produção de peças processuais em favor do INSS e demais despesas jurídicas decorrentes da defesa do Instituto. Cerca de 80% dos valores liquidados na Ação de Defesa Judicial, referem-se ao pagamento dos 262 Advogados Constituídos, pela produção de 207.873 peças processuais. Durante o exercício 2006, enfrentamos sérias dificuldades com a execução desta Ação, pois os valores orçamentários aprovados foram insuficientes para honrar com todos os pagamentos. Desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual /LOA de 2006 (Lei nº 11.306/06) a série histórica da execução já demonstrava que os valores efetivamente aprovados seriam insuficientes para chegar até o final do exercício, com isso foram solicitados créditos adicionais visando adequar o LOA a realidade do Instituto. Esses créditos, embora justificados, não foram aprovados, deixando em aberto as competências de setembro a dezembro (aproximadamente R\$ 4,5 milhões). Outro agravante foram os limites na execução dos deslocamentos (diárias, passagens e indenizações) impostos pelo Decreto nº 5.175/2006,	"Visando minimizar os gastos com deslocamento dos Procuradores, foi incrementada a ação do Advogado Constituído na representação em audiências, essa medida refletiu uma redução na execução com deslocamentos da ordem de 32% se comparado com a execução de 2005. (...) Para a elaboração do Orçamento 2007 fechamos um valor médio por peça processual produzida pelo Advogado credenciado em torno de R\$ 140,95. Este valor foi balizador na elaboração da LOA/2007, que foi aprovada com valores financeiros coerentes com a meta física proposta. O problema para este exercício será o pagamento dos processos de exercícios anteriores referente as competências de 2006, que prejudicará muito o andamento das ações vinculadas a defesa judicial do INSS."	As justificativas apresentadas pelos gestores foram consideradas suficientes por esta equipe de auditoria.

	dificultando muito a representação do INSS em audiências junto ao judiciário em comarcas não assistidas por projeções da PFE/INSS."		
Ação 0117 - Pagamento de Salário-Família	"A previsão inicial foi estimada em 280.034 pagamentos de salário-família. A meta foi superestimada e alcançado somente 28,60%. O custo médio mensal deste benefício foi de R\$ 32,97 (considerando como fator os dados do exercício e ainda o reajuste do salário mínimo e dos benefícios, em abril/06). Diante do cenário de frustração da programação física da ação, o INSS solicitou o cancelamento de 23% (R\$45.500.000,00 autorizados na LOA) do valor previsto na LOA 2006. Justificamos que a execução física está a menor devido a não informação do quantitativo de Salário-Família pago aos trabalhadores Avulsos, por relações encaminhadas para as Gerências-Executivas. Com base nessas informações as Gerências emitem a Autorização de Pagamento. O Financeiro computa a despesa, mas não temos a informação do físico realizado. Estamos em conjunto com a DATAPREV, definindo um sistema para que possamos visualizar essas informações prestadas pelas Gerências Executivas."	Cancelamento de 23% da meta financeira.	O INSS está buscando resolver o problema com a melhoria do seu sistema juntamente com a DATAPREV, de forma a obter informações mais corretas das metas físicas e financeiras, relacionadas a ação em questão.
Ação 2292 - Serviço de Processamento Dados de Benefícios Previdenciários	"Inicialmente o autorizado na LOA/2006 não cobria as despesas contratadas com o processamento dos benefícios previdenciários. Diante dessa situação foi solicitado crédito suplementar."	O INSS buscou junto à SOF, créditos orçamentários para cobrir as despesas junto à DATAPREV, o que culminou com a aprovação de um crédito extraordinário nessa ação (R\$ 226.400.000,00).	Esta equipe de auditoria detectou falta de critérios e parâmetros para a definição das metas do INSS.
Ação 0137 - Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	"A meta física aprovada pela LOA anteriormente foi superestimada (3.028), tendo sido realizado 1.748 (informação constante no SINTESE) atingindo 57,73% de execução. A meta física é decrescente, pois não há mais concessão de abono, somente cessação. *Salientamos que a previsão física constante da LOA/2006 foi superestimada, tendo no momento oportuno sido informado no SIGPlan, coluna previsão física corrigida o valor de 2.046 (dez), representando	Solicitou correção da meta física de 3.048 para 2.046. Executado 100% da meta financeira.	Esta equipe de auditoria detectou falta de critérios e parâmetros para a definição das metas do INSS.

	efetivamente um desempenho de 85,43%.Valor médio se encontra dentro do estimado - R\$392,00."		
Ação 2278 - Capacitação Servidores Para Dissemin. Conhecimento. Previdenciário	<p>"O Ano de 2006 foi marcado por grandes transformações em razão da reestruturação regimental do Ministério da Previdência Social, aprovada pelo Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006 e a do Instituto Nacional do Seguro Social, aprovada pelo Decreto nº 5.870, de 08 de agosto de 2006, onde a coordenação do Programa de Educação Previdenciária - PEP passou a ser da Diretoria de Atendimento do INSS. O lapso temporal entre a saída do Ministério e o ingresso no INSS, acarretou algumas dificuldades, porém, o fator preponderante para a execução parcial das ações ocorreu em virtude da limitação de despesas com diárias e passagens, imposta pelo Decreto nº 5.715/2006 e a programação financeira definida no Decreto nº 5.780/2006, com isso, não houve possibilidade de liberação de recursos orçamentários destinados a execução das ações do Programa Educação Previdenciária, que são realizadas, na sua grande maioria, em localidades em que não existem unidades de atendimento da Previdência Social, consequentemente, as restrições e limitações orçamentárias inviabilizaram a execução das ações sob a coordenação do INSS. Outro fator que inviabilizou a descentralização orçamentária foi o bloqueio de créditos do Programa para remanejamento, dessa forma, a execução da ação ficou prejudicada.</p> <p>Resenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> - De janeiro a abril de 2006 o Programa foi gerido pelo MPS; - De abril a 07/08/2006, um servidor do INSS foi indicado para responder pelo Programa, porem não houve descentralização de recursos para realizar qualquer capacitação; - A partir de 08/08/2006 a gestão do Programa passa a ser da Diretoria de Atendimento do INSS; - 31/10/2006 - toma posse o novo Coordenador do Programa; 	"A realização da ação 2278, Capacitação de Servidores, foi realizada no 2º semestre do ano de 2006, sendo capacitados 08 servidores para implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã, alcançando 2,67 % da meta física e 1,88% do orçamento programado."	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira.

	- 09/11/2006 - definido limite de diárias e passagens para o Programa 1079 - Educação Previdenciária em R\$ 135.981,00, a ser utilizado até no final do exercício financeiro de 2006, em suas quatro Ações"		
2282 - Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias	"A formação de disseminadores que aconteceu no período em razão da existência de material didático disponível nas unidades, adquiridos em exercícios anteriores e reproduzidos pelos Comitês, sem deslocamentos dos servidores, ou deslocamento patrocinado por entidades parceiras, e sem a utilização de recursos orçamentários. "	<p>"- De janeiro a abril de 2006 o Programa foi gerido pelo MPS;</p> <p>- De abril a 07/08/2006, um servidor do INSS foi indicado para responder pelo Programa, porém não houve descentralização de recursos para realizar qualquer capacitação;</p> <p>- A partir de 08/08/2006 a gestão do Programa passa a ser da Diretoria de Atendimento do INSS;</p> <p>- 31/10/2006 - toma posse o novo Coordenador do Programa;</p> <p>- 09/11/2006 - definido limite de diárias e passagens para o Programa 1079 - Educação Previdenciária em R\$ 135.981,00, a ser utilizado até no final do exercício financeiro de 2006, em todas as Ações que compõem o Programa;</p> <p>- Em 12/12/2006 houve destaque orçamentário para a Unidade Orçamentária 33101 - MPS/UCP com vistas a atender processo licitatório de impressão de material didático relativo à implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã.</p> <p>- Em 27/12/2006 o processo licitatório foi cancelado."</p>	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira.
2296 - Serviço de Perícia Médica Judicial	"Com o recesso do judiciário as demandas para realização de perícia médica judicial não são muito representativas nos meses de janeiro e fevereiro. A execução foi em sua maioria no Estado de São Paulo, onde a demanda é cada vez mais crescente. Temos enfrentado muitos problemas nesta ação, pois como o orçamento só foi aprovado no final de abril durante o mês de março tivemos de administrar a escassez de recursos orçamentários, pois no exercício passado a execução nesta ação foi da ordem de R\$ 9 milhões, para	"Mesmo com todas as justificativas apresentadas os créditos adicionais não foram aprovados, deixando em aberto o pagamento de 4,5 competências ou R\$ 2,5 milhões. Este passivo será liquidado com o orçamento aprovado para o exercício 2007, prejudicando de sobremaneira o andamento das ações naquele exercício. Outro ponto que vale ser ressaltado é que a meta física estipulada para o exercício 2006 foi SUPERESTIMADA, tal distorção já foi	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira. O gestor já tomou as providências para sanar o problema no orçamento de 2007.

	<p>este exercício estava tramitando o valor de R\$ 5 milhões, com isso os valores liberados através de duodécimos foram insuficientes para cobrir a demanda com as perícias médicas judiciais. Importante ressaltar que o não pagamento dos laudos periciais produzidos, e em alguns casos, implica em ordem de prisão e acréscimo de multas diárias. Desde que tomamos conhecimento dos valores constantes do PLOA/2006, já identificávamos que seriam insuficientes para atender a necessidade do Instituto, com isso foram feitas solicitações junto a Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade para elaboração de crédito suplementar adicional visando garantir os pagamentos das perícias médicas realizadas. Embora a série histórica já apontasse para uma execução bem superior aos valores aprovados, os créditos suplementares solicitados não foram aprovados em sua totalidade, deixando despesas sem cobertura a partir da competência maio/2006. Em setembro/2006, já com quatro competências atrasadas, a administração, em conjunto com a Coordenação da Ação, optou por pagar competências atrasadas de perícia médica judicial na ação de Defesa Judicial da Previdência Social. Tal medida foi adotada visando garantir o pagamento de perícias atrasadas que estavam com aplicação de multas diárias e ordem de prisão para os dirigentes do INSS. Tal atitude foi tomada, pois entendemos que tanto uma ação quanto a outra culminam na Defesa Judicial do INSS, sendo ações correlatas. Mesmo tomando essa atitude não foi suficiente para zerar com todas as pendências do exercício. Em meados de novembro foi negociada, junto ao Ministério do Planejamento, a confecção de Medida Provisória contemplando valores aproximados de R\$ 3,5 milhões, para a Ação de Perícia Médica, visando regularizar as competências</p>	<p>devidamente corrigida para o exercício 2007, pois a produção de laudos periciais gira em torno de 6.000 laudos/ano, quantitativo já aprovado na LOA 2007."</p>	
--	--	---	--

	executadas na Ação de Defesa judicial e liquidar mais algumas faturas que se encontram ainda no setor de Orçamento e Finanças aguardando pagamento."		
5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	"A meta física acima prevista é meramente estimativa, pois a mesma foi estabelecida conforme valores unitários médios para reforma de APS, utilizados em exercícios anteriores. Além do que, houve, em 2006, a criação e implantação das APSBI e a liberação exclusiva para construção de novos prédios, cujo valor de cada unidade é superior (2 a 3 vezes o valor médio utilizado para as APS normais). Embora não concluídas no exercício, no final de 2006, estavam em andamento 73 obras de construção, ampliação e reformas e, também, outras 26 estavam em fase de licitação ou já licitadas aguardando os prazos legais. Considerando o número total de processos envolvidos (concluídos, em andamento, em licitação), apesar das novas concepções (APSBI e construções), o resultado foi satisfatório. Os recursos orçamentários também foram utilizados para o pagamento de obras contratadas em 2005 e cujo andamento e finalização ocorreram em 2006. Uma vez que a execução desses recursos é descentralizada, e considerando o quadro de servidores técnicos (engenheiros e arquitetos) e administrativos, abaixo do mínimo para realizar as tarefas de vistoria, fiscalização e supervisão das obras, muitas vezes não há uma gestão efetiva pela Gerência Executiva / Regional (somente 35% das gerências possuem engenheiros / arquitetos no quadro). Ressalte-se que houve um acúmulo de licitações no final do exercício, impossibilitando a conclusão das obras no exercício. Também, houve a limitação no valor total de empenhos pelo Governo Federal, que impediu a utilização total dos recursos."	"Foi solicitado crédito extraordinário para investimento no valor de R\$13.800.000,00 para contratações no início do exercício, uma vez que o Orçamento não havia sido aprovado. E foi solicitado também crédito suplementar para desencadear novas licitações de obras de reforma."	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira.
2A57 - Remuneração dos Serviços Postais	"O orçamento para cobertura dessa ação foi subestimado e ainda passou por contingenciamento. Por	"Solicitada alteração contratual visando a identificação do gasto, pelo demandante."	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.

	estar compartilhada a execução das despesas, se torna um dificultador a identificação detalhada da mesma, por diretoria."		
2284 - Promoção de Ações de Conscientização e Informação	<p>A conscientização da população quanto ao papel fundamental da Previdência Social, de garantia de renda tanto para o beneficiário quanto para todo o complexo social ao seu redor, contribuiu para a inscrição de 1,66 milhão de contribuintes individuais e facultativos no Regime Geral da Previdência Social, com destaque, mais uma vez, para o aumento de cerca de 30% no quantitativo de inscrições de segurados especiais de 2005 para 2006.</p> <p>No sentido de ampliar a atuação do Programa e reduzir custos, foram formalizadas mais duas entidades, Banco do Brasil e Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio/MDIC. Atendendo a recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social, iniciou-se o processo de aquisição de material didático, para implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã, que objetiva a inserção do tema "Previdência Social", no currículo escolar, como tema transversal, nas instituições de ensino fundamental, médio e profissionalizante da rede pública e particular.</p> <p>Resenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> - De janeiro a abril de 2006 o Programa foi gerido pelo MPS; - De abril a 07/08/2006, um servidor do INSS foi indicado para responder pelo Programa, porém não houve descentralização de recursos para realizar qualquer capacitação; - Em julho/2006 realizados a descentralização de R\$ 101.448,20, equivalente a 5,17% do orçamento aprovado em Lei; - A partir de 08/08/2006 a gestão do Programa passa a ser da Diretoria de Atendimento do INSS; - 31/10/2006 - toma posse o novo Coordenador do Programa; - 09/11/2006 - definido limite de diárias e 	<p>"Mesmo com todas as dificuldades, foram realizadas 2.259 ações educativas, orientando e informando cerca de 190.334 cidadãos em eventos como palestras, feiras, exposições, encontros, seminários e etc. A ação 2284, Promoção de Ações de Conscientização e Informação, alcançou 48,43 % da meta física com a utilização de 13,27 % do orçamento programado, pois na maior parte dos eventos, foi utilizado recursos das entidades parceiras."</p>	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.

	passagens para o Programa 1079 - Educação Previdenciária em R\$ 135.981,00, a ser utilizado até no final do exercício financeiro de 2006; - Novembro e Dezembro/2006 - realizado descentralização orçamentária de recursos, para algumas gerências, para atender compromissos pontuais, em especial, aos mutirões do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - MDA, entidade parceira do MPS."		
5092 - Implantação do SABI nas Agências da Previdência Social	O contingenciamento orçamentário (limite de movimentação e empenho) restringiu substancialmente os recursos destinados à Ação 5092, diminuindo a quantidade de deslocamentos de recursos humanos que poderiam ser alocados concomitantemente na implantação do SABI.	A Coordenação-Geral de Suporte à Rede/DIRAT, buscou parcerias das Gerências Regionais e Executivas, para compartilhar a implantação do SABI nas 381 Agências da Previdência Social, resultando em meta financeira muito abaixo das necessidades programadas.	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.
2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	A) AUDITORIA-GERAL (AUDGER) - AVALIAÇÃO: Trabalhou-se com duodécimos até 05/2006 e o valor orçamentário liberado a partir da publicação do Decreto 5.780, de 19/05/2006 foi inferior à proposta que originou o Plano Plurianual para o exercício de 2006. As restrições financeiras ocorreram durante o período em que se trabalhou com a liberação de duodécimos, solucionada a partir da liberação orçamentária. Ausência de Regimento Interno do INSS atualizado. As capacitações planejadas para a Auditoria não ocorreram, devido às restrições orçamentárias sofridas pela área de Recursos Humanos. Estas capacitações eram necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos, gerando impacto no desenvolvimento dos mesmos. A estrutura em que ficou sediada a Auditoria-Geral após o incêndio do prédio do INSS, não ofereceu condições de trabalho adequadas. B) CORREGEDORIA-GERAL - AVALIAÇÃO: As informações descritas estão embasadas no Memorando INSS/CORREG N.º 009/2007, de 17 de janeiro de 2007: Proposta de Meta Física da	AUDITORIA Com os valores reduzidos e o planejado pelas 04 áreas que constituem a Ação, houve readequação das ações planejadas e adequação dos Planos de Trabalho referentes às ações de auditoria no sentido de conter os gastos. B) CORREGEDORIA Solicitação de crédito complementar. Em face do não atendimento das reivindicações orçamentárias e financeiras, foram emitidos os seguintes expedientes: - Exposição de Motivos nº 730; 02/2006, datada de 04.08.2006, encaminhada ao Sr. Presidente do INSS; - Memorando/INSS/CORREG nº 730; 197/2006, datado de 05.10.2006, encaminhado para a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, - Memorando/INSS/CORREG nº 730; 210/2006, datado de 30.10.2006, encaminhado ao Sr. Presidente do INSS, e - Ofício/INSS/CORREG nº 730; 187/2006, datado de 27.11.2006, encaminhado à Controladoria-Geral da União/CGU, a/c da Corregedora da Setorial do MPS.	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.

<p>Corregedoria - Geral e projeções Regionais</p> <p>Dentre os processos administrativos que necessitam de ações afetas à Corregedoria-Geral e suas projeções, totalizou no exercício o número de 780(setecentos e Oitenta), incluindo o acervo dos pendentes de instauração e a previsão de novas entradas, originando o Plano Plurianual - PPA, para a execução em 2006, no Valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Proposta Orçamentária da Corregedoria - Geral e projeções Regionais</p> <p>Após Aprovação do PPA e da Lei de Orçamento Anual - LOA foi destinado à Corregedoria-Geral, o valor de R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), para o desenvolvimento das ações, que restringiu o cumprimento da meta estabelecida em 30% (pontos percentuais), devido à limitação dos recursos orçamentários e financeiros para custear os deslocamentos e diárias de servidores para a realização das atividades, quando o procedimento assim necessitava.</p> <p>C) TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL (TCE) - AVALIAÇÃO:</p> <p>De acordo com as informações e justificativas da Divisão de Tomadas de Conta Especial, encaminhadas por meio de mensagem eletrônica datada de 17/01/2007, registramos:</p> <p>das Gerências Executivas, acrescidos dos processos solicitados de ofício, pelos Órgãos de Controle Externo, que ficariam a cargo das Comissões Temporárias de TCE.</p> <p>Dos fatores agravantes pelo não cumprimento das ações proposta, ficou consignado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desfazimento das Comissões Permanentes, pela rotatividade de servidores causados pela carência por que passa esta instituição; treinamento específico e prático causando acanhamento nas ações dos componentes das Comissões Permanentes; - Sobrestamento de processos sem a adoção de providências para o esgotamento das medidas 	<p>Nos expedientes enumerados, buscou-se conscientizar os Gestores e os Órgãos de Controle Externo, das dificuldades encontradas para as instaurações de procedimentos administrativos disciplinares.</p> <p>Os processos instaurados na Corregedoria-Geral e em suas projeções foram selecionados levando-se em conta a urgência (prescrição) e a disponibilidade de recursos (sem necessidade de deslocamentos).</p> <p>Resultados obtidos</p> <p>Instauração de 544 (quinhentos e quarenta e quatro) Procedimentos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, atingindo 70% (setenta pontos percentuais) das ações inicialmente estabelecidas e previstas.</p> <p>C) TCE -</p> <p>Destacamos as providências adotadas visando à consecução dos objetivos e metas atribuídas à Divisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Minuta de Instrução Normativa para melhor definir os procedimentos na área de TCE; - Elaboração de Minuta de Resolução referente à Cobrança Administrativa para melhor definir procedimentos nas áreas e as responsabilidades dos gestores. <p>Inferiu que as medidas adotadas pela Divisão e ainda considerando as ações desenvolvidas pelas Comissões Temporárias, se obteve êxito no resultado apresentado.</p> <p>Registra-se que as ações desenvolvidas pelas Comissões Temporárias foram responsáveis por 70%, do total apurado e atualizado no exercício, totalizando o valor de R\$ 23.820.612,49 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e doze reais e quarenta e nove centavos).</p>
--	--

	<p>administrativas, pelas áreas de origem do dano, com vistas à recomposição amigável, uma vez que a instauração do processo é medida de exceção.</p> <p>O cumprimento da meta física equivalente a 12%, do inicialmente planejado e conseqüentemente, a execução orçamentária de 53% do valor previsto por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que originou na descentralização de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e a execução em R\$ 491.278,23 (quatrocentos e noventa e um reais, duzentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos).</p> <p>A área justificou que na previsão inicial, levou-se em consideração o acervo existente de processos já na fase de cobrança administrativa, de conhecimento da Divisão de TCE, com envolvimento de servidores, já responsabilizados em processo administrativo disciplinar.</p> <p>Diante do exposto, definiu-se a como prioridade a instauração de 02 (dois) processos por Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial das Gerências Executivas, acrescidos dos processos solicitados de ofício, pelos Órgãos de Controle Externo, que ficariam a cargo das Comissões Temporárias de TCE.</p> <p>Dos fatores agravantes pelo não cumprimento das ações proposta, ficou consignado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desfazimento das Comissões Permanentes, pela rotatividade de servidores causados pela carência por que passa esta instituição; treinamento específico e prático causando acanhamento nas ações dos componentes das Comissões Permanentes; - Sobrestamento de processos sem a adoção de providências para o esgotamento das medidas administrativas, pelas áreas de origem do dano, com vistas à recomposição amigável, uma vez que a instauração do processo é medida de exceção. <p>D) ASSESSORIA DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS (APE) - AVALIAÇÃO:</p>		
--	---	--	--

	As informações da Assessoria de Pesquisas Estratégicas, abaixo transcritas, foram encaminhadas por meio de mensagem eletrônica, de 16 de janeiro de 2007: Os resultados operacionais inicialmente previstos como metas físicas, foram plenamente atingidos, havendo inclusive um incremento de 14 operações."		
2578 - Serviço de Perícia Médica	"Não houve restrição de execução dentro daquilo que foi planejado, do ponto de vista orçamentário/financeiro."	"Deslocamentos de peritos médicos do Quadro de Pessoal do INSS de suas sedes de lotação, para atender demandas urgentes e inadiáveis de auxílio as APS com ausência dos mesmos ou que necessitassem de composição de Juntas Médicas/atendimento de pedido de reconsideração - PP e pedido de prorrogação - PP."	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.
Ação 001R - Pagamento de Salário Maternidade Rural.	"A execução do FRGPS em 2006 foi atípica face algumas variáveis como aumento e/ou diminuição do auxílio-doença por motivos não previsíveis, recadastramento previdenciário e a admissão dos novos médicos peritos o que dificultou, e muito, a projeção dos benefícios previdenciários causando, inclusive, algumas frustrações. Em julho, após a absorção do aumento do salário-mínimo na folha, além da execução do primeiro semestre o INSS solicitou um crédito suplementar no valor de R\$ 7.103.405.628,00, que não foi atendido face teto preestabelecido pela Secretaria de Orçamento Federal de R\$ 6.903.325.936. Sendo assim, no final do exercício e por solicitação da SOF, ajustamos os valores de algumas ações, preservando sempre o valor do auxílio-doença face instabilidade demonstrada no decorrer da execução. Com a execução de dezembro existiu a necessidade de execução de alguns valores em ações distintas, porém dentro do mesmo programa, Previdência Social Básica e com o mesmo objetivo, ou seja, pagar os benefícios aos segurados da Previdência Social."	"Solicitação de crédito suplementar para cobrir as despesas."	O gestor apontou falhas a serem resolvidas pelo setor de benefícios, que não informa corretamente o quantitativo de pagamentos de salário maternidade-rural. Foi identificada a falta de critérios e parâmetros para a elaboração das metas físicas e a conseqüente meta financeira.

3896 - Modernização e Expansão da Capacidade de TI da PS	Baixa execução orçamentária Restrições orçamentárias em períodos de aquisição de tecnologias; Contingenciamento de aproximadamente 40% do total dos recursos definidos para a Ação.	CGTI adotou a estratégia de adequar os processos de aquisição de acordo com as disponibilidades orçamentárias.	Os fatos apresentados pelo gestor deixam suficientemente justificadas a baixa execução física e financeira.
--	---	--	---

De maneira geral, com exceção de algumas ações que foram prejudicadas por contingenciamento de recursos, foi constatada a falta de parâmetros e critérios na elaboração das metas físicas e financeiras dos Programas e Ações do INSS para o ano de 2006. Assim, faz-se necessário aprimorar o planejamento orçamentário, de forma a realizar adequadamente as metas físicas e financeiras previstas.

As Ações para pagamentos de benefícios continuados (Aposentadorias e Pensões, inclusive as do Programa 0088 - Indenizações e Pensões Especiais), bem como as Ações para pagamento de auxílios acidentários, pela própria natureza desses benefícios (pagamentos tempestivos de benefícios já reconhecidos), historicamente remontam execução física e financeira próxima a 100%, dispensando, assim, outros comentários a respeito.

De uma forma geral, os resultados operacionais obtidos pelo gestor, pelo enfoque da eficácia, confrontamos os quantitativos operacionais realizados, de um total de 34 ações programáticas de responsabilidade direta do Órgão (exceção às ações que não possuem indicador de execução física), 13 (treze) delas alcançaram menos de 80% da meta física estipulada, 14 (quatorze) alcançaram entre 90 e 110% das metas determinadas pelo órgão e 7 (sete) ações alcançaram índice de realização superior a 110% da meta inicialmente estipulada. Dessa maneira, quanto aos resultados alcançados, numa análise pertinente à eficácia dos mesmos, é possível apontar o atingimento dos objetivos.

Especificamente quanto ao Programa 0083 - Previdência Social Básica, que responde por 96% dos recursos orçamentários destinados ao INSS, verifica-se a execução de 99,9% da meta financeira. Dessa maneira, podemos concluir que houve utilização eficaz dos recursos destinados ao Órgão neste Programa. Com relação aos demais Programas, que não alcançaram índices tão altos de realização financeira, houve a justificativa dos gestores de dificuldades operacionais devido ao contingenciamento proporcionado pelo Governo.

Quanto aos resultados alcançados sob o enfoque da eficiência, foi realizado avaliação com o exercício anterior, uma vez que as atividades do INSS são singulares. Dessa forma, comparando os resultados obtidos de 2006 em relação a 2005, referente à manutenção e concessão de benefícios versus recursos humanos empregados nesses anos, os resultados foram de 104,3 benefícios concedidos por servidor em 2006 contra 101,3 benefícios por servidor em 2005, para um quantitativo de benefícios concedidos de 4.283.612 e 3.995.541 e de servidores efetivos de 41.076 e 39.440, relacionados a 2006 e 2005, respectivamente. Verifica-se, então, uma progressão de cerca de 3% na eficiência do processo de concessão de benefícios.

Com relação aos resultados alcançados pelo enfoque da economicidade, pode-se destacar o resultado parcial do censo previdenciário onde, na primeira etapa, de novembro de 2005 a abril de 2006, foram recenseados 2.351.586 benefícios e cessados 22.011 (renda anual de R\$

113.375.910,44) e, na segunda etapa, realizada a partir de maio de 2006, foram recenseados 14.074.335 benefícios e cessados 43.282 (renda anual de R\$ 255.516.099,67), resultando numa economia anual aos cofres da Previdência Social na ordem de R\$ 368.892.010,11.

A efetividade da Autarquia em 2006 foi testada comparando a média de requerimentos represados no ano (502.666) com a média observada em 2005 (464.000). Houve um aumento no represamento de benefícios na ordem de 8,4%. No mesmo período, o quadro de servidores sofreu um incremento de 4,1%, ou seja, 1.636 novos servidores. Verifica-se, pois, uma baixa efetividade nas ações com vistas à redução dos índices de represamento, não obstante o aumento no efetivo de servidores, uma vez que no ano de 2005 registrou uma média de 11,7 requerimentos represados por servidor contra um índice maior de 12,2 em 2006.

Dessa forma, verifica-se que os resultados alcançados, sob os aspectos da eficácia, eficiência e economicidade, trazem índices de melhoria e, portanto, apresentam-se suficientes para apontar o atingimento dos princípios e objetivos propostos. Entretanto, no que diz respeito ao quantitativo de requerimentos represados, que indica o número de benefícios requeridos e ainda sem decisão por parte da linha de atendimento a segurados/usuários do INSS, o número médio de benefícios represados superou em 8,4% o do ano de 2005, trazendo prejuízo a uma melhor efetividade das ações do órgão.

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos aos gestores levar à conta do planejamento a evolução histórica, bem como todas as variáveis e condicionantes possíveis e previsíveis na execução das Ações.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos considerar o custo unitário das Ações no planejamento das metas físicas e financeiras.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Em análise dos indicadores de desempenho do INSS, realizada com o objetivo de identificar a existência e avaliar a consistência e confiabilidade dos mesmos, referente ao exercício em exame, observou-se a ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho da gestão do INSS.

A Auditoria Interna, em seu Relatório de Auditoria, informa que está em desenvolvimento na Instituição o Sistema de Gerenciamento de Indicadores - SGI, que possibilitará a avaliação do desempenho da gestão, a partir das tendências e convergências das ações em relação aos resultados esperados.

Numa avaliação geral considera-se que os indicadores disponibilizados pela Direção do INSS podem vir a assumir consistência e confiabilidade e poderão vir a ser úteis ao processo de avaliação gerencial da Instituição.

Entretanto, o conjunto de indicadores disponibilizados e analisados a partir dos critérios estabelecidos pelo TCU, comporta-se como segue:

Quadro Indicadores de Desempenho

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Avaliação da CGU

Descrição e objetivo do Indicador ou Medida	Tipo do indicador ou medida	Padrão de desempenho utilizado	Fonte do padrão de desempenho	Análise quanto à consistência do indicador e ao padrão utilizado
Diretoria de Benefícios				
Tempo Médio para Atendimento em AX1	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Tempo Médio de Concessão	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Índice da Demanda Atendida	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Idade Média do Acervo	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não ser possível avaliar
Diretoria de Atendimento				
Tempo Médio de Espera	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Tempo Médio de Permanência	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Índice de Requerimento de	Eficiência	Ausência de informações	Sem informação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional

Benefícios pelos Canais Remotos		referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	suficiente para identificação	Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Procuradoria				
Índice de Julgamentos Favoráveis	Eficiência (quando se envolver quantidade)	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Diretoria de Recursos Humanos				
Servidores Capacitados - Alcance da Meta Física	Eficácia (se servidores apenas participantes de eventos) Efetividade (apenas no caso de servidores efetivamente capacitados)	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Horas despendidas com Capacitação de Servidores no INSS (*)	Qualidade	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Sem foco no cidadão: Não prioriza a questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Sem cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Lotação de Servidores nas Áreas Meio do INSS	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão: em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não ser possível avaliar
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística				
Índice de Execução Orçamentária - Decreto	Eficácia	Trata-se apenas de carga de trabalho	Trata-se apenas de carga de trabalho	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar

Índice de Execução Orçamentária - Lei	Eficácia	Trata-se apenas de carga de trabalho	Trata-se apenas de carga de trabalho	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Índice de Liquidação Orçamentária Nacional	Eficácia	Trata-se apenas de carga de trabalho	Trata-se apenas de carga de trabalho	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Auditoria Geral				
Ações Previstas/Ações Realizadas	Eficácia	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho .	Sem aplicação no exercício em exame	Seletividade: Foco em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Ainda não ser possível avaliar Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Gastos Previstos e Gastos Realizados	Economicidade	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho.	Sem aplicação no exercício em exame	Seletividade: Foco em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Ainda não ser possível avaliar Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Ações Corretivas Negociadas e Implementadas	Efetividade	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho.	Sem aplicação no exercício em exame	Seletividade: Foco em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Ainda não ser possível avaliar Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica				
Índice de Acompanhamento do Preenchimento de Execução Física - PPA	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Sem cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
UEL				
Idade Média da Prestação de Contas	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Não foca no cidadão - Não trata de questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Sem cobertura e

		padrões de desempenho		foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Índice da Execução do PGA	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade - confuso Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
Índice da Execução do PINMG	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade - confuso Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar

A partir das observações realizadas e considerando-se o quadro analítico acima, destaca-se os seguintes resultados e informações:

a) quanto ao critério de seletividade - 67% dos indicadores disponibilizados contemplam a questão institucional, focando de alguma maneira, o cidadão usuário dos serviços previdenciários.

b) quanto ao critério de simplicidade e custo de obtenção - 78% dos indicadores disponibilizados são adequados. A maioria dos dados de apuração é capturada de bases preexistentes, com influencia nos custos de obtenção, ficando pendentes de aferição a qualidade e confiabilidade desses dados.

c) quanto ao critério de cobertura e foco - 83% dos indicadores disponibilizados contemplam cobertura significativa e foco em questão essencial da operação de reconhecimento dos direitos previdenciários.

d) quanto ao critério de gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento - 72% dos indicadores disponibilizados detém comportamento razoavelmente factíveis.

e) quanto ao critério de permanência e grau de estabilidade torna-se temerário fixar qualquer percentual avaliativo tendo presente que existem indicadores em utilização no INSS de algum tempo e outros sendo do presente relatório de gestão em análise. De alguma forma, contudo, podemos considerar as medidas de desempenho mantidas como série histórica para atender os critérios do TCU.

Considerando os segmentos gerenciais da Instituição que oferecem indicadores, pode-se afirmar que:

- 50% de segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de eficácia;
- 25% de segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de economicidade;
- 62,5% dos segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de eficiência.
- 25% dos segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de

qualidade.

- 37,5% dos segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de efetividade.

Por fim, o quadro descritivo demonstra que existe elevado grau de assimetria na composição dos indicadores. Ressalte-se a forte presença de informações sobre carga de trabalho, como por exemplo nos dados sobre revisão de benefícios.

5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esse assunto não se aplica ao Instituto Nacional do Seguro Social.

5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

No exercício de 2006, o INSS liquidou, no tocante à aquisição de bens e serviços, um total de R\$ 461.963.611,02 em empenhos emitidos, distribuídos conforme abaixo:

Modalidade	Quantidade sobre o total (%)	Empenhos liquidados (R\$)
Concorrência	1,89	8.766.502,67
Dispensa de Licitação	11,17	51.598.355,01
Licitação Inexigível	65,30	301.617.097,85
Suprimento de Fundos	0,0033	15.471,18
Pregão	21,64	99.966.184,31
Total	100	461.963.611,02

Verifica-se que a maior representatividade está na modalidade de inexigibilidade, R\$ 301.617.097,85. Tal fato decorre da elevada materialidade dos processos referentes a contratos firmados entre o INSS e os bancos privados para a prestação de serviços de arrecadação das Guias da Previdência Social - GPS, inclusive os de receitas oriundas de débitos de contribuintes junto ao INSS.

Excluindo-se os processos referentes à inexigibilidade, os quais foram analisados em trabalhos específicos desta CGU sobre remuneração bancária (conforme anexo sobre atuação da SFC constante neste Relatório), resta um montante de R\$ 160.346.513,17. No presente trabalho, foram selecionados 18 processos distribuídos nas modalidades de concorrência, pregão, suprimento de fundos e dispensa, num total de R\$ 78.180.227,28, ou seja, 48,75% desse universo.

Analisando o Parecer de Auditoria, em conformidade ao disposto no § 5º, artigo 15, capítulo V, do Decreto nº 3.591/2000, ao Inciso IV, artigo 5º da Decisão Normativa TCU nº 81/2006 e ao subitem 3.3.7.5, Anexo I da Norma de Execução nº 3/2006, verificou-se que a Auditoria-Geral do INSS concluiu pela regularidade com ressalva da gestão dos responsáveis tratados no Processo de Prestação de Contas - Exercício 2006. Especificamente na Área de Suprimento de Bens e Serviços, foram apontadas deficiências nos contratos quanto à formalização, pagamentos, fiscalização da execução e repactuações; ausência de comprovação da regularidade fiscal; ausência de registro de entrada de material no sistema CMC e utilização indevida da modalidade pregão.

Das análises realizadas por esta CGU, verificou-se: pagamento de despesa sem cobertura contratual, em desacordo com o que disciplina a Lei das Licitações; implantação de sistema de Tele-atendimento (135) sem a devida estrutura nas Agências, em termos de pessoal e sistemas, para atendimento à demanda; e impropriedades/falhas em procedimentos e

processos licitatórios para contratação de obras, bens e serviços com infrações diretas à Lei de Licitações.

As constatações dos citados fatos estão detalhadas nos itens **6.1.1.3**; **6.1.1.11** e **6.1.1.12** do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO: 001

Item **6.1.1.3**:

"(...)"

Que os gestores observem, no âmbito dos contratos e aquisições de bens sob sua responsabilidade, as determinações contidas nas Lei nº 8.666/93 e nº 4.320/64, atentando-se para o princípio da legalidade e para a busca de soluções que propiciem condições mais vantajosas à Administração Pública.

Recomendamos à GEX Belo Horizonte/MG que respeite as formalidades na prestação de serviços terceirizados admitindo, tão somente, nestas prestações, a disponibilização de mão-de-obra prevista em contrato, sob pena de estender, desnecessariamente, o risco da responsabilidade subsidiária nas obrigações trabalhistas e previdenciárias obrigadas ao contratado.

Recomendamos à GEX Cascavel/PR que opere a segregação de funções com vistas a viabilizar procedimentos de controle interno e que observe os parâmetros do artigo 23 da Lei de Licitações, evitando incorrer no fracionamento irregular de despesas ou em inapropriada modalidade licitatória.

Recomendamos à GEX Curitiba/PR que seja apurada responsabilidade a quem deu causa à prorrogação ilegal de contrato, referente ao Processo nº 35183.001811/2000-76.

Recomendamos à GEX Londrina/PR que seja apurada responsabilidade a quem deu causa à prorrogação ilegal de contrato, e que opere a segregação de funções com vistas a viabilizar procedimentos de controle interno, observando, ainda, os parâmetros do artigo 23 da Lei de Licitações, evitando incorrer no fracionamento irregular de despesas ou em inapropriada modalidade licitatória.

À Gerência Executiva em São Luís/MA, recomendamos observância aos normativos da Lei 8.666/93, notoriamente nas questões de utilização de modalidade adequada para licitação de bens e serviços e na indispensável pesquisa de preços prévia a qualquer procedimento licitatório promovido pela administração pública, e no devido atesto nos documentos fiscais de fornecimento.

Recomendamos à GEX Criciúma/SC que apure responsabilidade a quem deu causa à prorrogação ilegal de contrato e que adote providências no sentido de recuperar o segundo volume de processo licitatório nº 35344.000202/2001-45, relativo à Tomada de Preços nº 13/2001.

À Gerência Executiva em Blumenau/SC, recomendamos apurar responsabilidade a quem deu causa à prorrogação ilegal de contrato, referente ao Processo nº 35338.000541/2004-42 e pagamento sem cobertura contratual, referente ao Processo 35338.000541/2004-42.

À Gerência Executiva de Macapá, em que pese as justificativas apresentadas, recomendamos que evite o pagamento antecipado nas aquisições de combustível ainda que esse procedimento tenha o propósito de firmar o preço do item de fornecimento, independente de realinhamento futuro de preços. Tal prática não tem previsão na legislação de licitações, posto que o fornecimento não ocorre de pronto, caracterizando, assim, infração à Norma."

RECOMENDAÇÃO: 002**Item 6.1.1.11:**

"Recomendamos que o INSS proceda a uma reavaliação do custo/benefício do tele-atendimento, levando-se em consideração que com a implementação da Central de Tele-atendimento 135 não houve resolutividade quanto à demora no efetivo atendimento aos clientes do INSS, permanecendo a existência de uma demanda reprimida com a criação de filas virtuais;

Recomendamos que o INSS proceda ações efetivas para garantir o cumprimento do cronograma da implementação do Novo Modelo de Gestão, referente os sistemas que darão suporte aos novos processos de reconhecimento de direitos previdenciários, juntamente com os responsáveis no MPS e DATAPREV; e

Recomendamos que o INSS proceda acompanhamento das solicitações efetuadas ao MPS, sobre a realização de concursos públicos, junto ao Ministério de Planejamento."

RECOMENDAÇÃO: 003**Item 6.1.1.12:**

"Recomendamos à Corregedoria-Geral do INSS encaminhar a esta CGU os resultados da instauração do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidades pelo pagamento sem cobertura contratual da Fatura nº 762/06, competência junho/2006, no valor de R\$ 4.339.431,56, referente ao Contrato nº 53/2005."

5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

De acordo com as informações constantes do item 5.1.1.1 do "Anexo I - Demonstrativo das Constatações", deste Relatório de Auditoria, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS conta com a força de trabalho de 41.009 servidores e ainda, com mais 2.638 servidores cedidos a outros Órgãos, conforme demonstrado no citado item.

Quantitativo de Servidores por Níveis/Áreas			
Níveis	Áreas		Totais
	Fim	Meio	
NA	59	13	72
NI	19.786	8.515	28.301
NS	10.447	2.189	12.636
Totais	30.292	10.717	41.009

Em análise à manutenção da folha de pagamento do Instituto, foram verificadas irregularidades nos pagamentos da vantagem do art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, do artigo 7º da Lei nº 10.876/204 e Diferença Individual, fundamentada no parágrafo 5º, do Decreto Lei nº 2.280/85. Providências foram adotadas pelo Instituto com vistas à regularização das inconsistências.

O Plano de Capacitação do INSS atingiu a cifra de R\$ 15,7 milhões, das ações programadas para o exercício de 2006, proporcionando uma oferta de 71.197 oportunidades de capacitações para os servidores do Instituto, sendo efetivamente capacitados 20.782 servidores.

As informações apresentadas pela Área de Recursos Humanos do INSS, apesar de identificarem as necessidades voltadas à melhoria no desempenho dos servidores, não permitiram aferir o atingimento permanente e deliberado de aprendizagem, tendo como propósito a contribuição no desenvolvimento de competências individuais que permitam avaliar a capacitação de cada servidor em benefício da Instituição.

Dessa forma as ações de capacitação devem estar voltadas a buscar melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados, de modo que se aja permanentemente na qualificação do servidor, para adequação de suas competências aos objetivos da Instituição, identificando a participação de servidores por área e em cada modo de capacitação.

Foi constatado que a Gerência-Executiva do INSS em Londrina/PR não está cumprindo o prazo legal de registro dos atos de aposentadoria e pensão no sistema SISAC, bem como de seu envio ao Controle Interno, conforme determinado na Instrução Normativa nº 44/TCU. (item 3.3.1.1 do Relatório/CGU-PR nº 183649).

Com relação à cessão, o Instituto tem 2.638 servidores cedidos.

Desses, 607 se referem a Auditores Fiscais da Previdência Social que, com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, passaram a pertencer à estrutura do MPS.

Destacou-se que o Instituto poderia minimizar a carência de pessoal na área de atendimento da Previdência Social, se aplicasse com rigor o artigo 93 da Lei nº 8.112/93 e o artigo 2º do Decreto nº 4.050/2001, os quais em seus textos criam a condicionante em que o servidor poderá ser cedido. Com isso e diante da carência de pessoal, citada por esse Instituto em várias ocasiões, diminuiria a grande evasão de servidores, possibilitando a tão almejada melhoria no atendimento, além de cumprir o disposto nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei nº 10.667/2003, que criou no quadro do INSS os cargos de Analista e Técnico Previdenciário, bem como estabeleceu as atribuições a serem exercidas, estritamente voltadas à Área de Benefícios.

Cabe ressaltar que a Diretoria de Recursos Humanos do INSS está provida de meios operacionais que permitem o desempenho de suas atribuições. No entanto, as disfunções apontadas originaram-se em decorrência do desempenho individual de servidores, as quais foram regularizadas no decorrer dos trabalhos de auditoria, conforme informações constantes dos itens **5.1.2.1; 5.2.1.1; 5.2.1.2; 5.3.1.2; 5.5.1.1 e 5.5.1.2** do "Anexo I - Demonstrativo das Constatações", deste Relatório de Auditoria.

Item 5.1.2.1

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomenda-se à GEX/Londrina - PR, que inclua todos os processos de concessão de aposentadoria e pensão pendentes, no sistema SISAC e os encaminhe à CGU - Regional/PR, conforme determinado pela IN/TCU nº 44.

Item 5.2.1.1

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos do INSS que proceda em todas as suas Unidades à verificação da compatibilidade do pagamento da rubrica 00330 -Vantagem Pessoal Transitória do art. 2º da MP 1.573/97 com os requisitos legais para sua concessão e manutenção, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.527/97 e no Decreto nº 493/92, e

ainda que, providencie as exclusões e os pertinentes ressarcimentos ao erário.

Item 5.2.1.2

RECOMENDAÇÃO: 003

À Gerência-Executiva de Cascavel observar os dispositivos legais atinentes à concessão da vantagem pessoal do art. 2º da MP 1573/97, do abono de permanência, do adicional de insalubridade e do auxílio-transporte, procedendo aos ajustes necessários no SIAPE, efetuando os cálculos dos valores indevidamente pagos, promovendo as devidas restituições ao erário e adotando medidas de acompanhamento sistemático da regularidade da concessão e manutenção de tais vantagens. Quanto ao adicional de insalubridade, recomenda-se sejam elaborados Laudos de Caracterização de Insalubridade, que evidenciem de maneira clara, os cargos e funções cujas atividades, por sua natureza, impliquem contato permanente com pacientes.

À Gerência-Executiva de Curitiba, observar os dispositivos legais referentes à concessão da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada a - VPNI (em função do artigo 19, parágrafo único, da Medida Provisória - MP nº 1915/99), ao pagamento cumulativo da vantagem prevista no art. 14 da Lei Delegada 13/92 (GADF) e da vantagem prevista no art. 26 da Lei 8.216/91 (FG) com o art. 62-A da Lei nº 8.112/90 (quintos), ao pagamento da Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, art. 7º da Lei nº 10.876/2004 e ao pagamento do adicional de insalubridade, procedendo aos ajustes necessários no SIAPE, efetuando os cálculos dos valores indevidamente pagos, promovendo as devidas restituições ao erário e adotando medidas de acompanhamento sistemático da regularidade da concessão e manutenção de tais vantagens.

À Gerência-Executiva de Londrina, observar os dispositivos legais que regulam a concessão das vantagens dos artigos 17 e 19 da MP nº 1915/99, da Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, art. 7º da Lei nº 10.876/2004, do abono de permanência, bem como do adicional de insalubridade, procedendo aos ajustes necessários no SIAPE, efetuando os cálculos dos valores indevidamente pagos, promovendo as devidas restituições ao erário e adotando medidas de acompanhamento sistemático da regularidade da concessão e manutenção de tais vantagens.

Item 5.3.1.2

RECOMENDAÇÃO: 004

À GEX/Aracaju -SE, providências para restituição de valores referentes ao adicional de deslocamento pagos indevidamente, e para que os bilhetes de passagens sejam anexados ao processo de concessão de diárias e passagens, conforme determina o art. 3º da Portaria MPOG nº 98/2003.

À GEX/Belo Horizonte-MG, providências para que constem dos processos de concessão de diárias, as justificativas para deslocamentos com percepção de diárias em fins de semana, e os bilhetes de passagens referentes às Propostas de Viagens em que foram concedidos adicionais de deslocamento, bem como para a restituição de diárias recebidas e não utilizadas e, ainda, que melhore os procedimentos a fim de garantir o pagamento das diárias anteriormente ao período de viagem.

À GEX/Curitiba - PR, que revise os seus procedimentos de concessão de diárias e passagens a fim de que sejam evitados pagamentos de diárias

para municípios das regiões metropolitanas e limítrofes.

À GEX/Macapá-AP, maior rigor no cumprimento do disposto na Portaria MPOG n.º 98/2003, e na Resolução INSS/DC n.º 143/2003, no sentido de exigir que sejam apresentados os bilhetes de passagem e o cartão de embarque, em até cinco dias do retorno da viagem, e que estes documentos sejam anexados ao respectivos processos de concessão de diárias.

À GEX/São Luís-MA, que solicite aos servidores que apresentem os relatórios de viagem, bem como que entreguem os bilhetes de passagem e os cartões de embarque, a fim de que componham o processo de prestação de concessão de diárias. Recomenda-se ainda que o gestor observe o disposto no art. 5º do Decreto 5.992/2006 (que revogou o Decreto nº 343/1991) referente ao pagamento de diárias, e por fim, que não autorize o pagamento de diárias sem que o processo esteja instruído com a documentação que motivou a proposição da concessão.

À GEX/Campo Grande-MS, que reveja os procedimentos de concessão de diárias a fim de que se assegure que os processos sejam instruídos com todos os documentos exigidos pela legislação atinente, destacando-se a justificativa para o pedido de viagem, os bilhetes de passagens e os cartões de embarque, relatório de viagem, certificado de participação em cursos, quando houver, ordem de serviço, quando se referir a alguma fiscalização realizada.

À GEX/Criciúma-SC, adotar mecanismos e procedimentos de controle e revisão, visando garantir que sejam anexados às propostas de concessão de diárias e passagens, quando do retorno à sede, os bilhetes de passagens e os cartões de embarque utilizados pelos servidores da Unidade.

À GEX/Blumenau-SC, adotar mecanismos de revisão e controle dos procedimentos relativos à concessão de diárias e passagens de modo a garantir que os bilhetes de passagens e cartões de embarque sejam anexados às respectivas propostas de concessão de diárias e passagens, quando do retorno do servidor à sede.

Item 5.5.1.1

RECOMENDAÇÃO: 005

Recomenda-se às Gerências-Executivas de Aracaju-SE, Araçatuba-SP, Campinas-SP, Macapá-AP, São Luís-MA, São Paulo-SP, Florianópolis-SC, Criciúma-SC e Blumenau-SC que adotem as medidas necessárias para que os servidores cumpram efetivamente o que determina o Art. 19 da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, inclusive os servidores lotados na Perícia Médica, que também devem cumprir a jornada de 8 horas diárias e 40 horas semanais, assinando a folha de ponto nos horários especificados para cumprimento da jornada e, ainda, que providenciem para que a folha de ponto dos servidores administrativos seja preenchida corretamente, atendendo ao anexo II da Portaria nº 2.561, de 16 de agosto de 1995, expedida pelo MARE.

Recomenda-se às Gerências-Executivas de Cascavel-PR, Curitiba-PR e Londrina-PR, que promovam a apuração dos fatos referentes à participação de servidores na gerência ou administração de empresas, para adoção das medidas cabíveis.

Item 5.5.1.2

RECOMENDAÇÃO: 006

À GEX/Belo Horizonte - MG e à APS/SGZA:

Implementar novas rotinas de trabalho entre os servidores das agências, bem como a dinamização do uso do SABI, visando ampliar o número de atendimentos dos segurados e reduzir o tempo de espera, enviando às instâncias competentes, as propostas de mudanças necessárias nos sistemas de informática que se comunicam com o SABI e no próprio SABI.

Adequação do horário de atendimento, assegurando-se, inclusive, o cumprimento da jornada de trabalho dos médicos peritos de modo a atender ao disposto no art. 19 da Lei nº 8.112/90, alterada pela Lei nº 8.270/91, e ao Manual de Perícia Médica da Previdência Social.

Realizar um levantamento da força de trabalho, no sentido de se estudar um possível remanejamento de servidores de outras APS, ou, se for o caso, detectar a necessidade de contratação de novos servidores técnicos para prover suporte à realização de perícias.

Ao INSS em conjunto com a DATAPREV:

Adotar providências para adequar o sistema SABI às necessidades das atividades de Perícia Médica, eliminando as inconsistências existentes e aumentando a qualidade e a confiabilidade das informações geradas.

Ao INSS:

Apurar responsabilidade do chefe da APS/SGZA pela autorização indevida do médico perito de se ausentar da APS antes do término da jornada de trabalho no caso de não haver perícias médicas agendadas; e realizar estudos e adotar medidas, em nível nacional, para otimizar os trabalhos dos médicos peritos, face as possíveis ociosidades na utilização dessa força de trabalho, em APS do INSS.

5.6 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Esse assunto não se aplica ao Instituto Nacional do Seguro Social.

5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em análise às providências informadas pelo gestor e às justificativas apresentadas, quanto às determinações emanadas do TCU, verificou-se as seguintes situações:

a) Determinações/recomendações atendidas ou com esclarecimentos prestados diretamente à Corte de Contas: itens 1.1 e 1.7 do Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara; item 9.2.2.2 do Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 107/2006 - Plenário; itens 9.4 e 9.5 do Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 799/2006 - 2ª Câmara; itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5.1, 9.1.5.2, 9.1.5.3, 9.1.6.2, 9.1.6.3, 9.1.6.4 e 9.1.6.5 do Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 994/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.612/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.617/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.726/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.727/2006; Acórdão nº 2.235/2006; Acórdão nº 2.350/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.927/2006; Acórdão nº 2.955/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara, exceção feita à servidora vinculada à GEX Araçatuba/SP; e Acórdão nº 3.385/2006 - 2ª Câmara.

b) Determinações/recomendações não atendidas: itens 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão CGU nº 175153/2005; itens 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.23 e 8.25.7.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário; itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10 e 9.1.11, do Acórdão nº 314/2003 - Plenário; itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 do Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº

96/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 98/2006 - 1ª Câmara; item 9.2.2.1 do Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 142/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 169/2006 - 1ª Câmara (TC 008.568/2005-1); Acórdão nº 215/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 219/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 233/2006 - 2ª Câmara; item 9.6 do Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 735/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 798/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 800/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 801/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 802/2006 - 2ª Câmara; e item 9.1.6.1 do Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.095/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.109/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.328/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.460/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.607/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.614/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.615/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.675/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.676/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.678/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.019/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.131/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.143/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.258/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.285/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.287/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.289/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.404/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.423/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.424/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.454/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.930/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.136/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 3.175/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara, com relação à servidora lotada na GEX Araçatuba/SP; Acórdão nº 3.342/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.352/2006 - 2ª Câmara; e Acórdão nº 3.386/2006 - 2ª Câmara;

Sendo assim, as supracitadas determinações/recomendações, não consideradas atendidas, ainda permanecem pendentes de regularização, com providências em andamento ou sem providências adotadas, devendo o INSS encaminhar os documentos comprobatórios das medidas efetivadas e dos resultados obtidos, visando à regularização dos mesmos, para a devida avaliação desta SFC/CGU-PR.

CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CGU

Objetivando avaliar o atendimento das recomendações desta CGU, foi Analisado o encaminhamento dado pelo INSS às proposições emanadas deste Órgão de Controle, onde verificou-se as seguintes situações:

a) Recomendações atendidas: Itens 4.1.1.2, 5.1.2.3, 8.2.2.1 (alíneas a", "b", "d" e "e"), e 10.2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2005; e item 18.1.1.7 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006.

b) Recomendações não atendidas ou com providências em andamento: Itens 4.2.1.1, 4.2.3.1, 4.2.3.2, 4.2.3.3, 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.2.3.7, 4.2.3.8, 4.2.3.9, 4.2.3.10, 5.2.1.2, 6.2.1.1, 6.2.1.2, 7.1.1.1, 7.2.1.2, 7.2.2.1, 8.2.1.1, 8.2.2.1 (alínea "c"), 8.3.2.1, 8.3.2.2, 8.3.2.3, 8.4.2.2, 9.2.1.2, 10.1.1.4, 10.1.1.6, 10.1.1.8, 10.1.1.27, 10.2.1.2, e 10.2.1.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2005; itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.3, 18.1.1.4, 18.1.1.5, 18.1.1.6 e 18.1.1.8 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006; Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006 e Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007.

Dessa forma, o INSS deve encaminhar os documentos comprobatórios das medidas efetivadas e dos resultados obtidos, visando à regularização dos mesmos, para a devida avaliação desta SFC/CGU-PR.

Quanto ao cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e por esta SFC/CGU, conforme o Relatório e Parecer da Auditoria Interna, foram sintetizadas 197 constatações. Da

análise realizada pela Auditoria Interna/INSS, foi verificado que 34% das determinações foram atendidas, restando o monitoramento e acompanhamento no exercício de 2007, para o fechamento dos Relatórios nºs 160221, 175153 e 187793.

Consta ainda do Relatório da Auditoria Interna do INSS tópico sobre pendências/restrições encontradas a respeito do cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo a saber:

- Pendência relacionada ao Parecer do Dirigente do Controle Interno/CGU, relativo à Prestação de Contas do exercício de 2005, Relatório nº 175153, recomendações contidas nos itens nºs 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6 e 4.2.3.7, que apontaram irregularidades. No Relatório da Diretoria de Benefícios, ficou evidenciado que as providências implementadas não foram suficientes para atendimento conclusivo;

- Riscos inerentes ao cadastramento no Sistema de Apreciação de Registro dos Atos de Admissões e Concessões - SISAC, configurando desobediência às determinações instruídas pela IN/TCU nº 44/2002, e Memorando-Circular INSS/DRH/CGARH nº 50, de 21.11.2005, e ainda, que a ausência das informações projeta imagem equivocada do quadro real de situação funcional do INSS, quando da consulta pela Controladoria-Geral da União.

RECOMENDAÇÃO: 001

Que o INSS encaminhe os documentos comprobatórios das providências adotadas e dos resultados obtidos, com vistas ao atendimento das determinações/recomendações do TCU, a seguir relacionadas: itens 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão CGU nº 175153/2005; itens 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.23 e 8.25.7.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário; itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10 e 9.1.11, do Acórdão nº 314/2003 - Plenário; itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 do Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 96/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 98/2006 - 1ª Câmara; item 9.2.2.1 do Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 142/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 169/2006 - 1ª Câmara (TC 008.568/2005-1); Acórdão nº 215/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 219/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 233/2006 - 2ª Câmara; item 9.6 do Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 735/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 798/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 800/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 801/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 802/2006 - 2ª Câmara; e item 9.1.6.1 do Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara.

RECOMENDAÇÃO: 002

Que o INSS encaminhe os documentos comprobatórios das providências adotadas e dos resultados obtidos, com vistas ao atendimento das determinações/recomendações do TCU, a seguir elencadas: Acórdão nº 1.095/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.109/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.328/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.460/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.607/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.614/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.615/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.675/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.676/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.678/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.019/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.131/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.143/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.258/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.285/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.287/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.289/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.404/2006 - Plenário; Acórdão nº

2.423/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.424/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.454/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.930/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.136/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 3.175/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara, com relação à servidora lotada na GEX Araçatuba/SP; Acórdão nº 3.342/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.352/2006 - 2ª Câmara; e Acórdão nº 3.386/2006 - 2ª Câmara.

5.8 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O INSS é beneficiário de recursos advindos do BID - Banco Interamericano do Desenvolvimento, por meio do Contrato de Empréstimo BID nº 1346/OC-BR, de 19 de dezembro de 2001, e cooperação técnica com o PNUD, através do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV - BRA/00/016. A coordenação administrativa e financeira está a cargo da Unidade de Coordenação de Projetos/UCP, do Ministério da Previdência Social.

O mencionado órgão é responsável, juntamente com a Dataprev, pela implementação do Novo Modelo de Gestão, regulamentado nos atos normativos Resolução nº 8, de 24 de agosto de 2004, do Comitê de Gestão Estratégica da Previdência Social; Portaria MPS/SE nº 102, de 10 de setembro de 2004; Portaria nº 4.189/INSS/DCPRES, de 5 de novembro de 2004; Portaria nº 694/INSS/DCPRES, de 22 de março de 2005; Portaria nº 15/INSS/PRES, de 25 agosto de 2005; e Portaria nº 1.470/INSS/PRES, de 14 de junho de 2006, e envolve o "desenvolvimento de sistemas que vão suportar os novos processos de trabalho, bem como uma nova infra-estrutura tecnológica de suporte a estes sistemas; necessitando de uma nova estruturação organizacional e de um realinhamento das necessidades de capacitação das pessoas". Para tanto, estão envolvidos no trabalho o INSS e a DATAPREV, esta por meio da sua Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações - DRD, encarregada do desenvolvimento dos novos sistemas que darão suporte ao novo modelo de gestão a ser implementado no INSS.

Em análise ao referido Programa, identificamos a não conformidade da implementação do Novo Modelo de Gestão, relatada no Anexo I - Demonstrativo das Constatações, item **7.1.2.4**, apresentando as seguintes falhas/inconsistências:

- ausência de eficácia na implementação do Novo Modelo de Gestão;
- ausência de quantificação das metas apresentadas;
- o cronograma não considerou, na sua elaboração, a totalidade dos produtos constantes do Plano de Internalização do PINMG;
- o Plano de Internalização, como apresentado, impossibilita o acompanhamento da execução do PINMG; e
- a ausência de definição das turmas, seleção de servidores, preparação de material, contratações efetivadas, recursos envolvidos e objetivos a alcançar na planilha.

RECOMENDAÇÃO: 001

Que o INSS encaminhe, a esta CGU, Plano de Internalização do Novo Modelo de Gestão, garantindo o alinhamento entre o NMG e as ações de modernização tecnológica e capacitação, contemplando medidas que permitam o desenvolvimento de uma política de continuidade do projeto, que ultrapassem mudanças de direção nas três casas integrantes do sistema previdenciário brasileiro.

RECOMENDAÇÃO: 002

Que o INSS encaminhe, a esta CGU, Plano de Capacitação, elaborado pela Escola Previdenciária, alinhado e integrado nas três casas do sistema previdenciário, contemplando todas as ações necessárias para a realização da capacitação, além de serem compatíveis com as necessidades do Novo Modelo de Gestão e os novos sistemas a serem desenvolvidos.

RECOMENDAÇÃO: 003

Que o INSS apresente, a este Órgão de Controle, as providências adotadas que proporcionem maior celeridade na demanda de serviços para a Fábrica de Software contratada.

5.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria-Geral do INSS apresentou na Prestação de Contas do INSS do exercício sob exame, em seu Relatório de Gestão, Parecer de Auditoria com as informações determinadas pelo TCU, conforme Decisão Normativa TCU nº 81/2006.

Em cumprimento ao que determinam as Instruções Normativas/CGU nºs 07, de 29.12.2006 e 01, de 03.01.2007, que estabelecem, respectivamente, normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas e, conteúdo do Plano e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, o INSS apresentou o citado Relatório para exame e avaliação desta equipe de auditoria.

Quanto à elaboração e apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, verificou-se sua compatibilidade e adequação ao que determina as Instruções da CGU acima mencionadas.

Foi verificado que constam do RAINT do exercício de 2006, os resultados obtidos em conformidade com o planejamento estabelecido Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, indicando, ainda, as ações planejadas e não executadas no exercício. Destaca-se os trabalhos realizados nas áreas de Benefícios e Gestão Interna, a seguir descritos.

A) ÁREA DE BENEFÍCIOS

As Ações de Auditoria Ordinárias concluídas no exercício de 2006, na Área de Benefícios, num total de 10 (dez), trataram dos seguintes Programas de Auditoria: Hanseníase, Batimento CNISVR X CADPF X SARCI X HIPNET, Benefícios por Incapacidade - CID F, COMPREV - Compensação Previdenciária, Batimento DII X DIC (Data do Início da Incapacidade/Data do Início da Contribuição), Benefícios Concedidos com código de Despacho 03 (recursal) ou 04 (judicial), PAB - Pagamento Alternativo de Benefício, Benefícios Reativados, Crédito e Recebimento Após Óbito e MAGER - RJ.

Em relação às Ações de Auditoria Extraordinárias, foram desenvolvidas 18 (dezoito), que abrangeram desde a apuração de denúncias oriundas de órgãos externos até a verificação da gestão das atividades médico-periciais, incluindo, ainda, auditorias em benefícios por incapacidade das espécies 31 - Auxílio-Doença Previdenciário e 91 - Auxílio-Doença Acidentário, benefícios assistenciais (LOAS), espécies 87 e 88, além de Pagamentos Alternativo de Benefícios - PAB, a saber:

- 05 Ações na Auditoria Regional em Belo Horizonte;
- 03 Ações na Auditoria Regional em Brasília;
- 02 Ações na Auditoria Regional em Florianópolis;
- 03 Ações na Auditoria Regional em Recife;
- 01 Ação na Auditoria Regional no Rio de Janeiro;

- 03 Ações na Auditoria Regional em Salvador;
- 01 Ação na Auditoria Regional em São Paulo.

Quanto às Ações de Auditoria de Risco Local, após levantamento dos riscos pelas Auditorias Regionais, foram desenvolvidas 56 (cinquenta e seis), abrangendo diversos grupos de espécies de benefícios, como Pensões, Aposentadorias e Assistenciais (LOAS), benefícios de Salário-Maternidade, PAB - Pagamento Alternativo de Benefícios, Benefícios Reativados, Análise e Controle das Conclusões Médico-Periciais em Auxílio-Doença e Pedido de Reconsideração, Protocolo de Benefícios, Abono de Permanência em Serviço e Renda Mensal acima do teto, além de algumas denúncias, envolvendo servidores, da seguinte forma:

- 08 Ações na Auditoria Regional em Brasília;
- 16 Ações na Auditoria Regional em Florianópolis;
- 26 Ações na Auditoria Regional em Recife;
- 06 Ações na Auditoria Regional em São Paulo.

O gestor informou que as ações de auditoria foram programadas de maneira a abranger os pontos que representavam maiores índices de probabilidade e impacto da ocorrência na operacionalização, induzindo aos prejuízos de natureza financeira ou riscos de imagem institucional, tendo como objetivos verificar os pressupostos de legalidade, eficácia e eficiência, e avaliar a qualidade dos controles internos instituídos.

Dos trabalhos apresentados, verifica-se que as ações de auditoria extraordinárias tiveram como base o que foi planejado no PAINT/2006, as denúncias, e a verificação da adequação das atividades desenvolvidas pelos servidores do INSS. Porém, observa-se que as ações envolveram gestões anteriores ao exercício de 2006. As ações de auditoria de risco local, foram realizadas após levantamento dos riscos pelas auditorias regionais, e outras foram objeto de denúncias envolvendo servidores. Para as ações ordinárias, que incluem as de risco local, e que correspondem 93,37% de todas as ações realizadas, as amostras foram selecionadas aleatoriamente.

Foi constatado que algumas ações em benefícios não foram concluídas, como: qualidade técnica do trabalho médico-pericial e administrativo no SAB; pensão desdobrada; revisão de benefícios por determinação judicial; e pagamento alternativo de benefícios. Encontram-se em andamento ações de outras áreas, com reflexo na área de benefícios, como: verificação do sistema SABI e processo de concessão e habilitação de benefícios. A ação voltada para elaboração de controle sobre fraudes/irregularidades não foi realizada, apresentando como justificativa a necessidade de aquisição do software ACL.

Na ação Crédito e Recebimento após o Óbito, oriunda de demandas provocadas pelos órgãos de controle interno e externo, verificou-se que a amostra não foi significativa se comparada ao número de benefícios relacionados nessas demandas.

De maneira geral na área de Benefícios, verifica-se a necessidade da atuação da auditoria em atos e fatos mais próximos do exercício que está sendo auditado, de forma a realizar trabalhos que sejam mais focados para a prevenção.

B) ÁREA DE GESTÃO INTERNA

Os programas de auditoria nessa área tiveram como foco os macros-processos relativos às Gestões: Contratos de Prestação de Serviços Continuados, com ênfase nos serviços e aquisições por Dispensa de Licitação; Patrimônio Imobiliário - Imóveis Não Operacionais; Materiais Permanente e de Consumo; Orçamento, Finanças e Contabilidade

e Recursos Humanos.

Não obstante a realização de ações em outras áreas, como sistemas e projetos, a exemplo do Sistema de Informações Gerenciais - SIGPlan e da auditoria na Conta do Grupo Receitas, ainda estão em andamento ações referentes aos sistemas SABÍ e ADMPER; contas de e-mail; processo de concessão e habilitação de benefícios e contratação de serviços de terceiros no 0800, que são representativas na verificação do desenvolvimento e acompanhamento das atividades do Instituto.

Embora previstas, não foram realizadas ações relativas à elaboração de controle sobre fraudes/irregularidades e ao programa gestão do atendimento. Das 3.662 recomendações decorrentes das ações de auditoria realizadas, foram implementadas 752.

No que se refere a não realização de auditorias programadas no PAINT, o gestor apresentou como justificativas as restrições orçamentárias no exercício de 2006; deficiências estruturais e de recursos humanos; ausência de capacitação; ausência de equipamentos de informática; dificuldades na aquisição de softwares, sistemas informatizados, necessidade de pessoal e de capacitação dos servidores, entre outras. O gestor informou, ainda, que vem adotando providências para solucionar os problemas existentes, inclusive com a readequação das ações planejadas e adequação dos Planos de Trabalho.

5.10 ATUAÇÃO ENTIDADE SUPERVISORA/AGENTE OPERADOR

Não se aplica.

5.11 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

No INSS, no exercício de 2006, foram emitidas em todo território nacional 122.758 Propostas de Viagens, despendendo o valor de R\$ 52.047.553,33 com diárias. Dessa importância, 18,63% coube à Direção Central do Instituto, equivalendo a R\$ 9.696.309,84.

Em razão do quantitativo de Propostas de Viagens emitidas, foram concedidas diárias a 17.963 servidores e destes, 4.318 servidores receberam diárias por períodos de longa duração.

Com relação às diárias de períodos de longa duração, concedidas na Direção Central do Instituto, com valores superiores a R\$ 30 mil reais, identificamos inconsistências das seguintes naturezas:

pagamento de diárias a servidores em férias; pagamento de diárias no valor integral no dia de retorno a sede, conforme consta no item **5.3.1.1** do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" - deste Relatório de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO: 001

Proceder levantamento de todas as diárias de longa duração para identificar pagamentos indevidos em decorrência de interrupções que não assegurem a percepção integral da indenização.

Proceder levantamento de todas as diárias de longa duração para identificar pagamentos indevidos em decorrência de afastamentos que não assegurem a percepção da indenização.

Proceder à restituição dos valores pagos indevidamente a título de

diárias aos servidores indicados, com exceção daquelas que já devolveram por meio de GRU.

Estabelecer rotinas de consulta ao SIAPE como forma de verificar afastamentos que inviabilizem o pagamento de diárias.

5.12 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa STN/MF nº 4, de 13.08.2002, verificamos que no exercício de 2006 foi gasto com cartão corporativo um total de R\$ 413.675,47. Dessa importância, R\$ 11.434,15 foram despendidos no Órgão Central, sendo o restante gasto nas unidades regionais. Constatamos que os gastos estão sendo realizados em conformidade ao disposto na legislação aplicável.

5.13 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no "Anexo I - Demonstrativo das Constatações", tendo sido identificadas pela equipe ocorrências de dano ao erário, conforme itens: **2.2.3.3; 5.2.1.1; 5.2.1.2; 5.3.1.1; 5.3.1.2; 6.1.1.12; 7.1.2.3; e 7.1.2.6.**

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no "Anexo I - Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília , de junho de 2007.

NOME	CARGO	ASSINATURA
FRANCISCO ALVES MOREIRA	AFC	_____
CLÁUDIA DE SOUZA LEITÃO	AFC	_____
MICHELE COSTA ANDRADE	AFC	_____
FRANCISCO ROBÉRIO DE SOUSA JUNIOR	AFC	_____
WALQUÍRIA ALVES DE SOUSA	AFC	_____
JOAO CARLOS LUIZ CATALDI	TFC	_____
VICENTE DE PAULA DOS SANTOS DA SILVA	AFC	_____
JOSÉ DORISMAR ARRAIS DE LAVOR	AFC	_____
MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA	AFC	_____
MARCIAL RAMAO PEREZ	AFC	_____
MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA	AFC	_____